

Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 006/2024

Local: O recebimento da documentação para o credenciamento ocorrerá

exclusivamente no formato eletrônico através do site www.licitardigital.com.br

Período: 31/12/2024 à 31/12/2025.

Base legal: Artigos 78 e 79 da Lei Federal 14.133/2021

Modo de seleção: paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

01 – PREÂMBULO

- 1.1 O município de Senador Modestino Gonçalves, inscrito no CNPJ nº 17.754.110/0001-41, localizado na Avenida Nossa Senhora das Mercês, 128, Centro, nesta cidade, através do Agente de Contratação, nos termos da Lei nº 14.133/21 e suas modificações posteriores, torna público que receberá durante o período em epígrafe no site www.licitardigital.com.br de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para credenciamento de acordo com as informações contidas neste edital.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. Marcone Renato de Melo Agente de Contratações, designado pela Portaria Municipal nº 064/2023 e pela Equipe de Apoio, regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.
- 1.3 A aquisição do Edital completo poderá ser feita através dos seguintes websites eletrônicos:
 - Site oficial do município de Senador Modestino Gonçalves: https://prefeiturasmg.mg.gov.br/
 - Plataforma na qual será realizado o credenciamento eletrônico: www.licitardigital.com.br
 - Poderá ser solicitado via e-mail: licitacaopmsmg@gmail.com
 - No prédio sede da Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.
- 1.4 Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes nos endereços eletrônicos citados acima.
- 1.5 A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

02 – OBJETO

2.1 - CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, SOPRADORES E CARRINHO DE CORTAR GRAMA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR MODESTINO GONÇALVES, conforme



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



informações constantes do Anexo I do presente edital.

03 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Das condições gerais:
 - 3.1.1 Poderão participar deste Processo Licitatório as Pessoas Jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive as que se referem à documentação.
 - 3.1.2 A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.
 - 3.1.3 <u>- O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a inabilitação da proponente</u>.

3.3. Das vedações:

- 3.3.1. Não poderão participar deste Processo Licitatório, direta ou indiretamente, ou celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:
- 3.3.1.1. Não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação.
- 3.3.1.2. Sejam estrangeiras e não funcionem no País.
- 3.3.1.3. Se apresentem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão-de-obra ou cujas atividades não possam ser enquadradas fielmente ao disposto nos artigos 3° e 4° da Lei Federal n° 5.764/71.
- 3.3.1.4. Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 3.3.1.5. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com esta Administração, nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.3.1.6. Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.3.1.7. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ.
- 3.3.1.7.1. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.
- 3.3.1.8. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- 3.3.1.9. O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município.
- 3.3.2. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão ofertar propostas para o(s) mesmo(s) item(ns) do Certame.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



04 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- 4.1 Os participantes deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no endereço: www.licitardigital.com.br, dentro da opção: Adesão Adesão fornecedor. Cadastrada senha de acesso, será liberado o acesso à área logada. O participante deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária somente dentro da plataforma licitar digital, informar os serviços aos quais pretende se credenciar e solicitar a participação no credenciamento. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital cujo o telefone está disponibilizado na página inicial de seu website.
- 4.2 O Credenciamento Eletrônico será realizado, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 4.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de
- 4.4 Licitações (www.licitardigital.com.br).
- 4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Senador Modestino Gonçalves, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 4.6 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.7 A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 4.8 O encaminhamento da documentação e intenção de credenciamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.9 - COMO C<mark>ONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PRE</mark>GÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

- () Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- () Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1°, da Lei Federal n° 14.133/21.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



- () Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
- () Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- () Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- () Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordo em realizar os serviços referentes a este credenciamento para Município de Senador Modestino Gonçalves/MG, pelos preços estipulados em seu edital.
- 4.10 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

05 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para se credenciarem.
- 5.2 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
- 5.3 Durante o cadastro da proposta o licitante poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.
- 5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda vigência do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens e/ou informações bem como alterações emitidas pelo sistema.
- 5.5 Em caso de apresentação de documentos faltantes o município poderá solicitar ao interessado a apresentando dos mesmos, estabelecendo prazos para isso. A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo estipulado, acarretará na inabilitação do interessado.
- 5.6 Somente serão CREDENCIADOS os licitantes que apresentarem a documentação exigida conforme edital.
- 5.7 Os documentos que compõem a habilitação do licitante que for CREDENCIADO serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público.
- 5.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante no próprio website onde será realizado o credenciamento, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
- 5.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 5.9.1 Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



Agente de Contratação, via sistema.

- 5.10 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 5.11 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 5.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação poderá a qualquer momento abrir diligências para com o licitante interessado.
- 5.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

06 – DO PREENCHIMENTO DOS ITENS NOS QUAIS DESEJA SE CREDENCIAR

- 6.1 Por se tratar de um credenciamento com mo<mark>do</mark> de seleção paralela e não excludente, deverá o fornecedor no campo quantitativo deixar como zero.
- 6.2 No termo de contrato a ser gerado constará apenas os valores dos serviços, sendo que a distribuição será realizada conforme a demanda do município, de forma igualitária e considerando o princípio da isonomia entre todos credenciados.
- 6.3 Após realizar o cadastro na plataforma o interessado poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.
- 6.4 Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital.
- 6.5 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.6 No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

07 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a seguir informada:

7.1 - Da Habilitação Jurídica:

- 7.1.1 registro comercial no caso de firma individual;
- 7.1.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 7.1.3 comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- 7.1.4 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



7.2 - Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

I - a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 - A ausência de anexação de certidão fiscal, social e trabalhista que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Agente de Contratação realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.

7.3 - Da Regularidade Econômica Financeira:

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.4 - Demais Condições:

a) Declaração Unificada, conforme modelo abaixo:

A empresa XXXXXXXXX – CNPJ n° XXXXXXXXXX, declara para os devidos que:

- a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1°, da Lei Federal nº 14.133/21.
- f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



- cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.
- g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- j) Declaro que cumprirei a cota de aprendiz a que a empresa está obrigada, nos termos do art. 429 e seguintes da CLT.
- Nota 01 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- Nota 02 As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.
- Nota 03 Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3°, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

08- DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços deverão ser prestados de acordo com os termos estabelecidos no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.
- 8.2 O Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, através da Secretaria de Administração, reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento, quando caracterizada a prestação de má qualidade, através de processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3 O credenciamento se caracteriza como relação de prestação de serviços.
- 8.4 Havendo mais de uma empresa credenciada, será realizado sorteio público para escolha do primeiro que irá prestar os serviços, e assim sucessivamente, sempre de modo equânime. A data de cada sorteio será realizada de acordo com a demanda da Secretaria.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



09- DAS SANÇÕES

- 9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções dispostas no Decreto Municipal nº 066/2023, respeitando-se também o disposto da Lei Federal nº 14133/21:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 0,5% do valor avaliado dos bens.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
- II -impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- e) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- i) Dar causa à inexecução parcial do contrato:
- I advertência.
- j) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- k) Dar causa à inexecução total do contrato:
- I multa no percentual de 20% do valor contratado.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:
- I multa no percentual de 20% do valor contratado.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.
- m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- 9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

10- DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As condições de pagamento estão previstas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA deste edital.
- 10.2 Considerando nos termos em que o ANEXO I não prever cláusulas de pagamento, este então ocorrerá dentro de até 30 dias após recebimento da nota fiscal dos serviços prestados.
- 10.3 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal.
- 10.4 Os contratos firmados com os credenciados terão vigência até 31/12/2024, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, caso haja interesse e vantagem para Administração, com a anuência da credenciada.
- 10.5 As dotações orçamentárias para pagamento das despesas referentes a este edital, estarão previstas no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.

11- DA RESPONSABILIDADE

11.1 - É de exclusiva responsabilidade do prestador de serviços, não sendo possível a transmissão ao Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias originárias da prestação de serviços, em especial aquelas oriundas dos contratos laborais.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



11.2 - É de exclusiva responsabilidade do prestador de serviços, não sendo possível a transmissão ao Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, todos os danos, porventura, causados a terceiros, em decorrência da prestação de serviços.

12- DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO E IMPUGNAÇÃO

- 12.1 Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica indicada no edital, no período do credenciamento.
- 12.2 O município convocará o credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma.
- 12.3 O contrato de credenciamento será enviado ao candidato selecionado pela plataforma eletrônica e ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:
- a) Pela plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001; ou
- 12.4 O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.
- 12.5 O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado na própria plataforma eletrônica de credenciamento.
- 12.6 É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do município.
- 12.7 A formalização do CREDENCIAMENTO se dará através de Termo de Credenciamento, após o licitante interessado entregar a documentação relacionada exigida neste edital, conforme minuta constante no Anexo II do Instrumento Convocatório.
- 12.8 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo II) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 12.9 O procedimento licitatório previsto neste edital caracteriza ato administrativo formal.
- 12.10 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de CREDENCIAMENTO por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

13-DOS RECURSOS

13.1 - Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso diretamente na plataforma eletrônica do credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

14- DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 - A prestação dos serviços deverá ser realizada conforme termos e condições estabelecidos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

15- DOS PREÇOS PRATICADOS

15.1 - O valor constante do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, foi fixado em conformidade o art. 23 da Lei nº 14.133/21.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



16- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 O Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, através de suas Secretarias Municipais poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.
- 16.2 É facultado ao Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, a qualquer tempo: promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do termo de credenciamento; aferir os serviços ofertados; solicitar aos órgãos técnicos competentes elaboração de pareceres objetivando o acompanhamento dos serviços.
- 16.3 O credenciado deverá comunicar formalmente ao Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste edital, mediante justificativa técnica.
- 16.4 O credenciamento será formalizado por decisão do Prefeito Municipal, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade, por motivos plenamente justificáveis e dentro do interesse público, ou a pedido do Credenciado, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 16.5 Em caso de atraso na entrega da prestação mensal de atendimento, ficará suspenso o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente.
- 16.6 A remuneração recebida pelo credenciado em contraprestação aos serviços prestados não gerará direito adquirido, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária, caracterizando-se como mera prestação de serviços.
- 16.7 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor atendimento aos usuários.
- 16.8 Todos quantos participarem desta licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido neste edital e na Lei Federal nº 14.133/21, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- 16.9 A divisão da demanda respeitará a proporcionalidade igualitária e o princípio da isonomia entre todos os participantes, considerando: a ordem de credenciamento feito por meio do portal.
- 16.10 As quantidades de serviços a serem contratadas e distribuídas, serão estimadas de acordo com a demanda solicitada de cada secretaria.

17-DOS ANEXOS

17.1 - Integram o presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II - Minuta de Contrato.

18- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 Este instrumento convocatório estará à disposição dos interessados no site do município de Senador Modestino Gonçalves, no endereço eletrônico: https://prefeiturasmg.mg.gov.br/
- 18.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantina/MG, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



Senador Modestino Gonçalves - MG, 30 de dezembro de 2024.





Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, SOPRADORES E CARRINHO DE CORTAR GRAMA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR MODESTINO GONÇALVES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1.1. Descrição dos Serviços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.
01	a) Realizar diagnóstico, manutenção e reparo de	Hora/Homem	200	R\$ 176,67
	motosserras.		14	
	b) Realizar diagnóstico, manutenção e reparo de			
	roçadeiras.		13	
	c) Realizar diagnóstico, manutenção e reparo de			
	sopradores.			
2	c) Realizar diagnóstico, manutenção e reparo de			
00	carrinho de cortar grama.			96,5

2 - DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. O objeto de natureza é entendido como aquele do mesmo ramo de atividade e considerase ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observando a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de especificação da PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002, e linha de contidos em sistema de gestão mantido no município.

3 - DO PRAZO DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 3.1. O prazo de vigência do contrato/termo de credenciamento terá duração até 31/12/2025, podendo ser prorrogado por igual período, na forma da Lei n° 14.133/2021.
- 3.2. Os serviços serão prestados, conforme necessidade da Secretaria requisitante mediante emissão de ordem de serviço.

4 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços solicitados se justificam pela necessidade e obrigação do Município em manter motosserras, roçadeiras, sopradores e carrinhos de cortar grama em bom estado de funcionamento. Considerando a realidade do município, há uma elevada demanda para a prestação desses serviços devido à intensa utilização dos equipamentos em atividades de manutenção de áreas verdes e limpeza pública. A eficiência operacional desses equipamentos



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



é essencial para a continuidade das atividades de jardinagem e paisagismo nas áreas públicas do município.

Manter o patrimônio mecânico do município em excelente estado é imperativo para prevenir falhas e garantir a segurança dos operadores. A utilização constante desses equipamentos para serviços públicos resulta em problemas técnicos frequentes, que exigem intervenções rápidas e eficazes, como a substituição de peças, ajustes mecânicos e reparos preventivos. A manutenção adequada previne interrupções nas atividades municipais, assegurando que as operações diárias não sejam comprometidas por falhas mecânicas.

A assistência técnica contínua e a verificação regular do estado dos equipamentos são necessárias para resolver problemas mecânicos e otimizar o desempenho dos mesmos. Além disso, a contratação de prestadores de serviços locais para manutenção de equipamentos contribui para o desenvolvimento econômico da região, fomentando o empreendedorismo local.

Portanto, a contratação desses serviços é fundamental para a eficiência e a continuidade das atividades do município de Senador Modestino Gonçalves, garantindo que os equipamentos sejam mantidos em ótimas condições e que os serviços públicos de manutenção das áreas verdes e limpeza sejam prestados de maneira eficaz e ininterrupta.

4.2. Esta contratação encontra-se respaldada no art. 79 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

 (\ldots)

30-12

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

4.3. O contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor.

5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste no estabelecimento de um processo de credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motosserras, roçadeiras e carrinhos de cortar grama, visando atender às demandas do município de Senador Modestino Gonçalves. Este processo abrange todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a identificação das necessidades iniciais até a execução dos serviços e eventuais renovações contratuais.

Ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, serão realizadas avaliações periódicas do desempenho das empresas credenciadas e do processo como um todo. Essas avaliações têm como objetivo identificar oportunidades de melhoria contínua e garantir a eficácia e eficiência na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

A implementação deste processo estruturado visa assegurar que motosserras, roçadeiras e



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



carrinhos de cortar grama utilizados pelo município estejam sempre em perfeitas condições de operação, apoiando assim as atividades de manutenção de áreas públicas e infraestrutura verde de forma contínua e eficiente.

6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os serviços e equipamentos devem cumprir todas as normas técnicas e legislações vigentes sobre a realização dos serviços.
- 6.2. O prazo de atendimento de cada requisição deverá ser no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e começará a fluir no mesmo dia de seu recebimento.
- 6.3. Qualidade dos serviços será rigorosamente fiscalizada, seguindo os padrões e especificações técnicas exigidas, inclusive com seleção de materiais e equipamentos com menor impacto ambiental, políticas de reciclagem e descarte responsável no que couber.
- 6.4. Deverá ainda selecionar fornecedores confiáveis, e realizar monitoramento contínuo do orçamento, negociação de preços e termos com fornecedores
- 6.5. Os serviços poderão ser executados tanto no local indicado na autorização de serviços ou nas instalações do contratado, quando possível.
- 6.6. O contratado deverá dispor de todas as ferramentas necessárias para execução dos serviços.

7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução deverá ocorrer conforme consta neste termo de referência e de acordo com as ordens de serviço emitidas durante o período de vigência do contrato.
- 7.2. As empresas deverão executar os serviços conforme as demandas da Secretaria Municipal demandante, seguindo as especificações técnicas e os prazos estabelecidos no contrato.
- 7.3. A Secretaria Municipal demandante realizará o monitoramento e a fiscalização das atividades, garantindo o cumprimento dos termos contratuais e a qualidade dos serviços prestados.
- 7.4. Ordem de serviço: A Ordem de Serviço será emitida com antecedência mínima de três dias corridos pelo setor requisitante.
- 7.5. A(s) Ordem(ns) de Serviço expedida(s) após a assinatura do contrato e indicará(ão):
- a) O nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- b) O e-mail e telefone (fax) do setor solicitante, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- c) O item e a quantidade e horas solicitadas;
- d) A data da expedição da Ordem de Serviço.
- 7.6. O objeto do futuro contrato será executado de acordo com a programação da contratante e mediante a emissão da autorização de serviço indicando o local, o tipo dos serviços demandados e levantamento do tempo necessário à execução dos serviços.
- 7.7. O contrato a ser firmado entre Contratante e Contratada incluirá as condições estabelecidas, necessárias à fiel execução do objeto contratado.
- 7.8. O contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sem autorização por escrito, ficando o mesmo passível de penalidade e sanção, inclusive rescisão.

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Acompanhamento e fiscalização pela Secretaria Municipal de Administração, com



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 - CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



emissão de relatórios periódicos.

- 8.2. O órgão ou entidade designará um gestor do contrato responsável por coordenar e acompanhar a execução do objeto, bem como pela comunicação com as empresas contratadas.
- 8.3. Serão desenvolvidos procedimentos operacionais claros e detalhados para orientar a execução do contrato, incluindo prazos, padrões de qualidade, comunicação e relatórios.
- 8.4. O gestor do contrato e a equipe de fiscalização realizará um acompanhamento contínuo das atividades realizadas pelas empresas contratadas, verificando o cumprimento dos prazos, a qualidade dos serviços e o atendimento aos requisitos contratuais.
- 8.5. Serão registradas todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato, incluindo atrasos, problemas de qualidade, solicitações de alteração e demais aspectos que possam impactar a prestação dos serviços.

9 - CRITÉRIOS D<mark>E</mark> MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado com base na entrega dos serviços conforme estabelecido no contrato, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. A seleção dos prestadores de serviços se dará de acordo com o previsto no art. 79 da Lei n° 14.133/2021.
- 10.2. Na ocorrência de firmar-se contrato com mais de um prestador, a distribuição dos serviços será feita por meio de sorteio e rodízio para assegurar oportunidades iguais a todos os credenciados.

11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Conforme documento anexo ao Estudo Técnico Preliminar o valor estimado da contratação, obtido através de cotação de preços, é de R\$ 176,67 (cento e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação foram previstas na Lei Orçamentária Municipal, sendo que a dotação orçamentária deverá ser informada quando da Emissão da Nota de Empenho pelo Setor de Contabilidade.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. A Contratante obriga se a:
- a) Observar o critério de prévio empenho para efetuar os pagamentos mediante apresentação de faturas mensais e relatórios devidamente certificados nas condições estabelecidas neste Termo.
- b) Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos servicos aqui ajustados.
- c) Notificar à credenciada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços, fixando prazos para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- d) Receber e conferir os produtos/serviços quando da entrega pela Contratada.
- e) Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos produtos/serviços



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



prestados pelo profissional credenciado.

- f) Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste instrumento.
- g) Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) do serviço prestado pelo profissional para fins de verificação de qualidade.

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. A Contratada obriga se a:
- a) Designar preposto para atender ao Fiscal do Contrato.
- b) Atender com presteza às necessidades do Município.
- c) Executar os serviços conforme disposto neste instrumento.
- d) Arcar com as despesas referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, quando for o caso.
- e) Manter, durante a execução do contrato, com as condições de habilitação exigidas para a participação no presente certame.
- f) Apresentar relação dos serviços prestados juntamente com a Nota Fiscal, para recebimento dos valores devidos.
- g) Na execução do objeto, o profissional obriga se a envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados.
- h) Prestar os serviços nos termos determinados neste Termo de Referência.
- i) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais que estiver sujeita.

15 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1. A Administração pública não aceitará que os serviços prestados apresentem defeitos ou imperfeições, que estejam em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as reparações necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.
- 15.2. A Secretaria Municipal de Administração recusará os serviços que forem prestados em desconformidade com o previsto neste Termo.

Responsável pela Elaboração:	
	Geraldo Aparecido dos Santos Secretário Municipal de Obras



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDECIAMENTO QUE ENTRE SI						
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SENADOR MODESTINO						
GONÇALVES MG, E A EMPRESA						
CNPJ:						
CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR MODESTINO						
GONÇALVES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Nossa Senhora das Mercês,						
n° 128, Centro, inscrita no CNPJ sob o n° 17.754.110/0001-41, nesse ato representado por seu						
Prefeito Municipal, Sr, residente e domiciliado nesta cidade, no final						
assinado.						
CONTRATADO:, inscrita no CNPJ sob n°						
localizadana rua						
, neste ato representada por, portador do						
CPF: doravante denominado simplesmente CREDENCIADO,						
pactuam o presente contrato, firmado nos termos do edital acima em epígrafe.						
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO						
1.1 - O presente contrato tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA						
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E						
CORRETIVA DE MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, SOPRADORES E CARRINHO DE						
CORTAR GRAMA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE						
SENAD <mark>OR MODES</mark> TINO GONÇALVES.						

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1. O presente Termo de Credenciamento é firmado através do Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2024, INEXIGIBILIDADE Nº: xx/2024, CREDENCIAMENTO Nº: xx/2024, bem como de seu respectivo termo de referência, que passa a fazer parte do presente instrumento contratual, independentemente de transcrição.
- 2.2. O presente Termo de Credenciamento poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR [INSERIR TABELA]

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1 - Os valores não serão reajustados durante a vigência contratual, salvo os casos excepcionais e imprevisíveis constantes da legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



- 5.1. O pagamento será realizado conforme informado em edital e termo de referência.
- 5.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pela tesouraria.
- 5.3. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação de serviços, o período remanescente não gerará obrigação de pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes da execução deste termo de credenciamento serão informadas no ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO.

7.1 - O presente termo de credenciamento terá vigência até 31/12/2025, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da Administração, com a anuência da credenciada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 8.1 Constituem motivos para extinção do termo de credenciamento:
- a) o não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos;
- c) a lentidão no cumprimento do contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços;
- d) a atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- e) a paralisação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação a CONTRATANTE;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para acompanhamento e fiscalização deste termo de credenciamento;
- g) a decretação de falência;
- h) a dissolução da CONTRATADA;
- i) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
- j) razões de interesse público, desde que notificada a CONTRATADA com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções dispostas no Decreto Municipal nº 066/2023, respeitando-se também o disposto da Lei Federal nº 14133/21:
- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 0,5% do valor avaliado dos bens.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
- II -impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 - CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 5% do valor avaliado dos bens.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- e) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013:
- I multa no percentual de 30% do valor avaliado dos bens.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- i) Dar causa à inexecução parcial do contrato:
- I advertência.
- INO GONÇALVES j) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- k) Dar causa à inexecução total do contrato:
- I multa no percentual de 20% do valor contratado.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.
- 1) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo iustificado:
- I multa no percentual de 20% do valor contratado.
- II impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos.
- m) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- n) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- o) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:
- I multa no percentual de 30% do valor contratado.
- II declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- 9.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES

- 10.1. O CREDENCIADO não poderá cobrar qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.
- 10.2. Obriga-se a colocar à disposição do Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES, os serviços que se compromete a realizar.
- 10.3. Os serviços serão realizados conforme informações e demais exigências do TERMO DE REFERENCIA.
- 10.4. Manter a qualidade na prestação de serviços.
- 10.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.
- 10.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Município de SENADOR MODESTINO GONCALVES.
- 10.7. São ainda obrigações dos prestadores de serviços ao Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES:
- a) Informar ao Município de SENADOR MODESTINO GONÇALVES eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- b) Executar, conforme a melhor técnica, os serviços, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas.
- c) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.
- d) Permitir o acesso dos supervisores das Secretarias Municipais para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do termo de credenciamento.
- e) Manter, durante todo o termo de credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.
- f) Assumir total responsabilidade com os serviços especificados no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - O credenciado deverá manter preposto, aceito pela Administração do Município de



Av. Nossa Senhora das Mercês, nº 128, Centro – CEP 39190-000 Tel: (38) 9 9837-0313 – CNPJ nº 17.754.110/0001-41

E-mail: pmsmg@yahoo.com.br



SENADOR MODESTINO GONÇALVES.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Este termo de credenciamento poderá ser alterado, nos casos previstos pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

- 14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantina/MG, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo de credenciamento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 14.2 Para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, é lavrado o presente termo em 02 (duas) cópias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes que a tudo assistiram.

SENADOR MODESTINO GONÇALVES/MG, [DATA]

Pela CONTRATANTE
XXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

Pela CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXX
Representante do Fornecedor

Testemunhas:					
A	•				
R -	_				

30-12